

Anexo 3

INSTALAÇÃO DE RESÍDUOS NÃO CLASSIFICADA NA CATEGORIA A E DE INERTES E DE SOLO NÃO POLUIDO

Documentação necessária para a regularização de instalações de resíduos de acordo com a classificação das Minas

Apesar da legislação mineira não prever a sua diferenciação em classes, entende-se adequado para a aplicação do presente regime jurídico de resíduos da indústria extractiva, utilizar os mesmos critérios da denominada “lei de pedreiras”.

Classes	CrITÉrios de classificação	Documentação necessária
1	Área igual ou superior a 25 ha	Aplicação integral das alíneas do Anexo 3
2	Céu aberto, subterrâneo ou mista, com área inferior a 25 ha, e que excedam qualquer um dos seguintes limites: <ul style="list-style-type: none"> • Área 5 ha; • Profundidade escavação 10 metros • Produção: 200.000 ton/ano • Nº trabalhadores: 15 • Explosivos: 2000 kg/ano 	Alíneas do Anexo 3: <ul style="list-style-type: none"> • 1 a 7 • 8.3 • 8.4 • 8.5 • 8.6 • 8.7
3	A céu aberto, que não exceda a utilização de 2.000 kg de explosivos por ano e não exceda nenhum dos seguintes limites: <ul style="list-style-type: none"> • Área 5 ha; • Profundidade escavação 10 metros • Produção: 200.000 ton/ano • Nº trabalhadores: 15 	

Resíduos Inertes e de solo não poluído

Os documentos técnicos que deverão constar do Plano de Lavra deverão ser os seguintes:

Plano de Gestão de Resíduos (PGR) de forma a cumprir o estipulado no art.º 10 e cujos documentos a fornecer deverão ser os seguintes:

1. Uma justificação do modo como a opção e o método escolhido satisfazem os seguintes objectivos (previstos no n.º 2 do art.º 10º):
 - Evitar ou reduzir a produção de resíduos,
 - Promover a valorização dos resíduos de extracção através da reciclagem, reutilização ou recuperação dos mesmos, com respeito pelo ambiente;
 - Garantir a eliminação segura dos resíduos de extracção no curto e no longo prazo, tendo particularmente em conta, durante a fase de projecto, o modelo de gestão a observar durante o funcionamento e no pós – encerramento da instalação de resíduos,
2. A classificação proposta para a instalação, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo II do Decreto-Lei (capítulo 1.1. do presente documento);
3. A identificação dos potenciais riscos da instalação;
4. Uma caracterização dos resíduos e uma estimativa das quantidades totais de resíduos de extracção que são produzidas durante a fase de funcionamento;
5. Uma descrição da operação produtora desses resíduos e de quaisquer tratamentos subsequentes a que os mesmos sejam sujeitos;
6. Os procedimentos de controlo e monitorização propostos nos termos do n.º 1 do artigo 12º, quando aplicável;
7. O plano proposto para o encerramento, incluindo a reabilitação, os procedimentos pós encerramento, as acções de monitorização (quando aplicável) e os respectivos encargos financeiros.
8. Projecto de execução, exploração e encerramento, que inclua os seguintes elementos:
 - 8.1 Uma justificação do modo como são garantidas as seguintes situações (n.º 1 do artigo 11º):
 - que a instalação de resíduos possui uma localização adequada, nomeadamente no que se refere a factores geológicos, hidrológicos, hidrogeológicos, sísmicos e geotécnicos e paisagísticos;
 - que a instalação de resíduos é concebida de modo a satisfazer as condições necessárias para: Prevenir, a curto e a longo prazo, a segurança de pessoas e bens, a poluição do solo, do ar e das águas subterrâneas e superficiais; Garantir uma recolha eficiente das águas; Reduzir, tanto quanto tecnicamente possível e economicamente viável, a erosão causada pelas águas e pelo vento.



8.2 Descrição do local incluindo as suas características geológicas e hidrogeológicas; Planta de localização à escala 1:10 000.

8.3 Projecto das construções a efectuar para o estabelecimento da instalação de resíduos, tendo especialmente em conta a estabilidade da base de apoio e dos taludes;

8.4 Método de correcção das características geomecânicas menos favoráveis (se aplicável);

8.5 Sistemas de drenagem de águas pluviais;

8.6 Planta topográfica e perfis longitudinais e transversais à escala 1:1000;

8.7 Planta e perfis de enchimento da Instalação de Resíduos.

Caso a entidade coordenadora considere necessário, poderá solicitar elementos adicionais.

As alterações substanciais da instalação de resíduos ou dos resíduos depositados determinam uma alteração ao Plano de Gestão de Resíduos, que deverá ser obrigatoriamente comunicada à entidade competente.